

“Espetáculo de Luta”: a presença feminina na capoeira em Belém do Pará no final do século XIX e início do XX

"Espectáculo de Lucha": la presencia femenina en la capoeira de Belém do Pará a finales del siglo XIX y principios del XX

"Fighting Spectacle": the female presence in capoeira in Belém do Pará at the end of the 19th century and beginning of the 20th

Lucenilda dos Santos Passos

Luiz Augusto Pinheiro Leal

Resumo: O presente trabalho realiza reflexões referentes à presença feminina na prática da capoeira em Belém do Pará no final do século XIX e início do XX, sendo analisadas as ações desempenhadas por essas mulheres e sua atuação na capoeiragem, tendo como objetivo geral analisar a atuação feminina na capoeira no espaço urbano, frente ao modelo de comportamento proposto pelas políticas contidas no período republicano. Os objetivos específicos estão baseados em identificar as punições feitas às mulheres capoeiras e compreender como se dava sua presença no ambiente da república paraense. A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma abordagem qualitativa utilizando o procedimento técnico da análise documental e bibliográfica, sendo examinados relatos jornalísticos e o Código Penal de 1890, que criminalizou a capoeira. Desse modo, desenvolver o debate em torno da história social da capoeira no Pará, envolvendo as mulheres, consiste em visibilizá-las como sujeitas históricas, revelando as múltiplas dimensões sociais e de historicidade vivenciadas por elas.

Palavras Chave: Mulher. Capoeira. República Paraense.

Resumen: Este trabajo analiza la presencia de las mujeres en la práctica de la capoeira en Belém do Pará a finales del siglo XIX y principios del XX. Analiza las acciones realizadas por estas mujeres y su papel en el capoeiragem. El objetivo general es analizar el papel desempeñado por las mujeres en la capoeira en las zonas urbanas, a la luz del modelo de comportamiento propuesto por las políticas contenidas en el período republicano. Los objetivos específicos se basan en la identificación de los castigos aplicados a las mujeres capoeiristas y en la comprensión de cómo surgió su presencia en el entorno de la República en Pará. La metodología utilizada en este trabajo consiste en un enfoque cualitativo, utilizando el procedimiento técnico de análisis documental y bibliográfico, examinando las noticias de los periódicos y el Código Penal de 1890 que criminalizaba la capoeira. De esta manera, el debate sobre la historia social de la capoeira en el estado de Pará, involucrando a las mujeres, las hará visibles como sujetos históricos, revelando las múltiples dimensiones sociales y la historicidad que experimentan.

Palabras Claves: Mujeres. Capoeira. República Paraense.

Abstract: This paper discusses the presence of women in the practice of capoeira in Belém do Pará at the end of the 19th century and the beginning of the 20th. It analyzes the actions performed by these women and their role in capoeiragem. The general purpose of this paper is to analyze the role played by women in capoeira in urban areas, in the face of the model of behavior proposed by the policies contained in the Republican period. The specific objectives are based on identifying the punishments meted out to women capoeiristas, and on understanding how their presence occurred in the environment of the Republic in Pará. The methodology used in this paper consists of a qualitative approach using the technical procedure of document and bibliographic analysis, examining newspaper reports and the 1890 Penal Code that criminalized capoeira. In this way, the debate on the social history of capoeira in the state of Pará, involving women, will make them visible as historical subjects, revealing the multiple social dimensions and historicity they experience.

Key-words: Woman. Capoeira. Paraense Republic.

Lucenilda dos Santos Passos – Graduada em História pela Universidade Federal do Pará, mestranda no programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA) pela mesma instituição. E-mail: slucenilda@yahoo.com

Luiz Augusto Pinheiro Leal – Doutor em Estudos Étnicos e Africanos. É professor adjunto da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. E-mail: augustoleal@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a atuação feminina na capoeira na cidade de Belém do Pará no final do século XIX e início do XX. O contexto mencionado foi marcado pelo processo da economia da borracha amazônica, o cenário da capital paraense passou por transformações tanto na área arquitetônica quanto em âmbito social e cultural. Nesse sentido, essas mudanças afetaram o cotidiano dos seus moradores (as), sejam eles das segmentações privilegiadas ou dos segmentos populares, entretanto, essas alterações sociais foram divergentes entre essas classes, sendo a última mais afetada pelas concepções difundidas através dos propósitos de modernidade e progresso propagados pela elite vigente.

No que tange à presença das pessoas pertencentes às classes populares de Belém, entre elas encontravam-se mulheres negras que atuavam pelas ruas da capital paraense, desempenhando diversas funções, desde vendas, atuações nas áreas do meretrício ou mesmo em algum conflito ou luta nas ruas. Sua presença foi marcante nesse cenário, mesmo sendo um ambiente repleto de censuras no que diz respeito à presença das mulheres nos espaços públicos.

Segundo Almeida;

[...] No decorrer da segunda metade do século XIX a cidade vivenciou mais intensamente o processo de modernização e urbanização, sob o impulso do desenvolvimento da economia da borracha. Inúmeras casas foram edificadas, desde a Alfândega até o Forte do Castelo. Ruas passaram por melhoramentos. A cidade modificava-se sob o impulso de um imaginário de progresso semelhante ao que se verificava nos chamados centros avançados do Brasil e do mundo. (ALMEIDA, 2003, p. 1).

Para Leal (2008), essas modificações nas cidades de Belém, assim como Manaus, ocorreram por conta do processo da comercialização da borracha Amazônica, sendo Belém um centro de exportação do produto através do seu porto.

Sobre as mudanças que ocorreram nesse momento em Belém, Dias e Chaves, afirmaram que:

Observa-se que toda essa mudança de dinâmica não se relacionava somente a tectônica das obras, tampouco a sua reorganização logística interna. A mentalidade popular, sob a égide lemistá, passou por uma padronização higienista e civilizatória que artificializou diversas interações sociais e formas de consumo e comércio (DIAS, CHAVES, 2017, p. 6).

Nesse viés, é possível identificar nesses espaços de modificações práticas variadas que permitem analisar atuações de pessoas que permaneceram por muito tempo no silenciamento histórico devido suas “qualificações negativas” que foram criadas socialmente, pois esses/essas sujeitos (as) fugiam do modelo normativo da época, portanto, foram considerados perigosos (as) para a ordem moral e moderna referente à sociedade da *Belle époque* amazônica.

No intuito de visibilizar as narrativas das mulheres capoeiras, o presente trabalho busca re-alizar uma abordagem que possibilita elucidar essas histórias, pondo essas mulheres como agentes sociais e ativas no meio da capoeiragem, rompendo com a concepção que essa prática não possuía a presença feminina desde longas épocas.

1. A Associação Feminina na Capoeiragem no Norte do país

A capoeira não foi um ambiente incomum para as mulheres, embora essa prática tenha sido caracterizada como sendo do “universo masculino” – concepção essa irrelevante, pois a presença feminina foi ativa nesse meio por muito tempo. Logo, rompendo com essa perspectiva, Leal (2009) afirma que a região Norte do país possui o relato mais antigo até então catalogado na historiografia referente à primeira mulher na capoeira.

A princípio, aos olhos da atualidade, pode parecer insólita a associação da mulher à capoeira em pleno século XIX e em uma região pouco conhecida em relação à história da capoeira. Contudo, é no norte do Brasil que as evidências mais antigas sobre a participação da mulher na arte-luta são mais conhecidas até o momento (LEAL, OLIVEIRA, 2009, p. 138).

Dessa forma, ao trabalhar a presença feminina na capoeira, cabe frisar que, segundo Foltran (2017), as mulheres não foram “apenas espectadoras, mas que contribuíram ativamente para a construção e transformação desta prática cultural afro-brasileira e para o estabelecimento de uma tradição” (FOLTRAN, 2017, p. 84). Nota-se que esse ambiente foi caracterizado socialmente como uma “prática masculina”, contudo, contrariando isso, a presença das mulheres foi ativa nesse meio, não como espectadoras, mas como sujeitas participantes dessa arte-luta.

Portanto, discutir sobre a capoeira é articular com as gestualidades corporais. E, no que concerne ao corpo feminino, esse passou por processos que, devido o sistema do patriarcado, influenciaram negativamente em suas narrativas na historiografia. Houve nessa prática a naturalização do comportamento feminino, entretanto deve-se evidenciar que esse discurso foi “uma construção histórica e cultural de contexto específico. Longe de ser realmente natural ou imutável, tal discurso deve ser desconstruído” (LEAL, 2018, p. 157). As mulheres capoeiras por sua vez foram ágeis e versáteis ao resistir aos elementos de repressão que eram contra suas ações cotidianas.

Para Perrot (2008), no que diz respeito a dificuldades na escrita das histórias das mulheres, a autora pontuou alguns aspectos referentes a essa temática, sendo que essas narrativas eram pouco vistas ou faladas; existia também o silenciamento das fontes, os cronistas em sua grande maioria eram homens reduzindo as mulheres a visões estereotipadas, elas seriam “imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2008, p. 17). De acordo com Soihet (2004), em meio a árdua procura por fontes relacionadas às mulheres, a documentação policial e jurídica contribui para a reconstrução dessas narrativas.

Logo, o processo de representação das mulheres no contexto do século XIX partiu de uma perspectiva do masculino, ou seja, as visões/representações atribuídas a elas foram construídas a partir de uma determinada concepção que não levou em consideração essas mulheres como sujeitas produtoras sociais. Segundo Nogueira (1998), “o corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores” (p. 45).

Contudo, contrário a essas qualificações negativas atribuídas às mulheres, no universo da capoeira elas desempenharam um papel fundamental no que tange à libertação de seus corpos em um ambiente repleto de ideias moralizantes; logo, por meio de suas atuações, demonstram que estavam ativas na sociedade, independente das condutas comportamentais que existiam para controlar suas vidas e seus corpos. A figura feminina esteve ligada a manifestações cotidianas, re-

lacionadas ao mundo do trabalho, relações amorosas e familiares, presentes em diferentes lugares sociais, entre eles o espaço público.

Dessa forma, as mulheres revelam “como elas possuem uma historicidade com relação às ações cotidianas, aos posicionamentos políticos, às relações entre os sexos e as múltiplas dimensões da realidade histórica e social” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 160).

Nos becos, nos botequins, nas zonas de prostituição, nas sombras das embriagadas noites se encontrava o universo dessas mulheres pobres. Protagonistas das arruaças e desordens, habilidosas com suas navalhas e seus cacetes, lá estavam as famosas vagabundas. (ARAS, OLIVEIRA, 2003, p. 169).

O exemplo das mulheres capoeiras, tidas como transgressoras sociais, conseqüentemente retratadas como sinônimo de pessoas perigosas para os esplendores cívicos e modernos da sociedade belenense, notam-se a ideia do sistema simbólico e de representação que as mesmas estavam inseridas. Para Roger Chartier (2002), “representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela ‘pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e pelos gestos’, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias” (CHARTIER, 2002, p. 66). Nesse sentido, para o autor, as representações sociais podem ser percebidas através de alguma intervenção coletiva dos sujeitos, manifestada cotidianamente. Levando em consideração esses parâmetros, fazendo uma relação com as mulheres capoeiras, as evidências deixadas pelas mesmas possibilitam a reconstrução de suas narrativas. Dessa forma, devem-se ampliar os estudos das representações femininas com sujeitas sociais.

Assim, a imprensa foi utilizada como um mecanismo que noticiava constantemente nome de sujeitas que quebravam com a lógica normativa dos padrões sociais atribuídos às mulheres. Esses jornais traziam “diferente posicionamentos políticos, mas concordantes em relação ao julgamento do lugar social da mulher” (OLIVEIRA e LEAL, 2009, p. 139), a concepção de que “a rua era vista, tradicionalmente como um espaço privilegiado dos homens” (OLIVEIRA, 2003, p. 164), influenciaram desfavoravelmente nas narrativas dessas sujeitas. Dessa forma, os jornais foram utilizados como uma ferramenta de controle sobre as atuações dessas mulheres.

Para Vicente Salles (2015), as crônicas policiais possuem muitas evidências de casos envolvendo os/as capoeiras no Pará. O jornal *A Semana* do ano de 1890 revela alguns desses personagens do cotidiano belenense do século XIX.

Ainda na noite de 17, quando as autoridades policiais, repimpadas no *Circo*, babavam-se ante os exercícios acrobáticos das belas e simpáticas *miss*, cá fora, a capoeiragem, discutindo com três negrinhas debochadas, promovia um rolo, que nenhum soldado teve a glória de assistir!

[...] À vista de tal estado de coisas, quando é fato averiguado que o grupo de vagabundos cresce de dia para dia, causando dano à sociedade moralizada, porque eles são ladrões e malfeitores, voltamo-nos para o lado do cidadão, que felizmente governa este Estado, e pedimos-lhe, em nome da Moral, que decreta uma medida repressiva desses abusos (A SEMANA, 17 de março de 1890).

Observa-se que o meio jornalístico divulgou campanhas moralizadoras em relação a esses sujeitos. O tom irônico do articulista, ao se referir às mulheres com o uso de diminutivos, foi algo recorrente nessas passagens dos jornais do período republicano, sendo elas chamadas por diversos

termos depreciativos como “negrinhas debochadas”. Esses jornais eram direcionados a grupos específicos, geralmente para as pessoas das segmentações privilegiadas. Logo, esses termos foram associados àquelas pessoas que não faziam parte dos “grupos da elite” da capital paraense e que acabavam sendo marginalizadas, entre elas as mulheres pobres atuantes nos espaços públicos.

Em relação aos sujeitos que foram marginalizados socialmente, visto como subalternos, Spivak (2010) afirmou que “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). A autora aborda que a prática de subalternização é mais forte entre as mulheres, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”(SPIVAK, 2010, p.15).

Contudo, a astúcia das mulheres marginalizadas socialmente extrapolam os estigmas comportamentais; assim, as notícias envolvendo brigas, discussões e bate-bocas protagonizados por elas no cotidiano de Belém eram frequentes. Como foi o caso da história de Jerônima, noticiada no fragmento do jornal *A Constituição* do ano de 1876 sob a epígrafe: *Que mulher capoeira!*, contando a história da “cafuza Jerônima, escrava de Caetano Antônio Lemos” que foi presa às “7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia” (A CONSTITUIÇÃO, 21 de novembro de 1876).

As experiências diversas retratadas pelos jornais no contexto republicano paraense permitiram visibilizar algumas dessas mulheres, como Jerônima mulher capoeira. A notícia não diz o motivo de sua prisão, entretanto a mesma demonstra que quebrou com alguma imposição que foi atribuída a ela. Esse fato revela que Jerônima foi uma pessoa ativa e desviante dessas imposições. Essa fonte revela (até o dado momento) a primeira mulher capoeira catalogada na historiografia paraense, segundo Leal (2009).

Jerônima é a primeira entre outras envolvidas no universo da capoeiragem no Norte do Brasil. No jornal *Diário de Notícias* do ano de 1896 contou-se a história de Leopoldina Gonçalves, e das irmãs Conrada Garcia e Antônia Garcia, que moravam na travessa do Atalaia, e foram levadas à Estação Policial, acusadas de “fazerem desordens, sobressaltando as famílias” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 ago. 1896).

A “desordem pública” realizada por essas mulheres foi caracterizada como uma ação que tinha impacto direto na vida das ditas “famílias belenenses”. Logo, os jornais da época possuíam um caráter anunciativo dessas práticas e que constantemente foram utilizadas como um mecanismo de combate sobre essas ações. Dessa maneira, a presença das mulheres é notada nos mesmo vestígios que tentaram apagá-las. Vejamos a seguir uma passagem do jornal *A Semana*, do ano de 1890, que se direciona ao desembargador Gomensoro e ao combate dessas pessoas.

O Sr. Chefe de Segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos que infestam a nossa capital?

Depois daquele pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas tascas, a provocar desordens e a insultar a gente séria. Que proteção é essa? [...] (A SEMANA 17 março, 1890).

Observa-se uma crítica do articulista do jornal ao desembargador que não tomou as providências consideradas pertinentes (segundo as concepções das elites) para se combater as maltas de “vagabundos” que circulavam por Belém. Essas advertências foram constantes nos periódicos.

Consequentemente, o ápice da perseguição desses sujeitos (as) viria a ocorrer com a promulgação do Código Penal de 1890. Dessa forma, as práticas da destreza e agilidade corporal, na qual poderiam estar portando algum tipo de instrumento que pudesse causar ferimentos, como evidenciou o artigo 402 da constituição dizendo que:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. (Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 847 de 11/10/1890)).

A legislação proibiu e criminalizou que praticassem a capoeiragem. Dessa maneira, a pena para quem se enquadrasse nesses requisitos poderia variar de dois a seis meses de prisão, e mais o art. 403, e, no caso de “reincidência”, poderia sofrer o “grau máximo” do Art. 400, que consiste na prisão por três anos em colônias penais.

Entretanto, realizando uma releitura desses sujeitos que foram marginalizados tanto socialmente como pela legislação, as chamadas maltas de “vagabundos” e “vagabundas”, “vadios”, “bêbados de profissão”, “meretrizes” e capoeiras correspondiam bem mais do que foi citado pela legislação de 1890. A capoeiragem está ligada às práticas de resistência de pessoas que foram condenadas por não estarem inseridas em um modelo proposto como civilizado, suas vidas e hábitos eram diferentes daqueles propagados pela camada privilegiada, pois, com a acessão da República e o fim do sistema escravocrata, a sociedade não deu oportunidades para negros e negras que ali viviam; estes se utilizavam de seus próprios corpos como uma arma contra essas mazelas.

Vejamos a forma com que o articulista do jornal *Diário de Notícias* do ano de 1896 se direcionava às meretrizes e “vagabundos”.

Repetidas são as queixas que nos chegam ao escritório contra meretrizes e vagabundos que tem o mau hábito de formar roda nas calçadas, impedindo o trânsito público e ofendendo a moral com palavras de baixo cuturno.

As autoridades e as praças de polícia, no entanto, nada vêem e nada ouvem!!

Ainda anteontem, à noite, vimos na rua das flores, quase no canto da travessa passarinho, um dos tais acampamentos de desordeiros e ébrios, tomando o passeio n’uma extensão de três e quatro metros!

Queixamo-nos a patrulha de cavalaria que ali rondava, e esses soldados nenhuma providência tomaram, continuando as famílias por ali passavam, à pé ou a bond, a ouvir palavras obscenas e avinhadas de cachaça que aquela gente baixa esfera pronunciavam em tom bastante alto para as escutar um surdo.

Na rua da Trindade, esquina da do Carlos Gomes, fomos testemunhas das mesmas cenas de desrespeito à moral, e assim por quase todas aquelas que transitamos.

Ao conhecimento do Sr. Ferreira Teixeira chefe de segurança pública, levamos as nossas queixas esperando enérgicas e sérias providências que o caso exige e que os seus auxiliares até hoje não tomaram, por provada miopia e comprovada surdez. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de agosto de 1896).

A imprensa possuía uma missão de caráter de civilidade, reportasse às mulheres com uma atenção redobrada sobre suas condutas (FERREIRA, 1994, p. 100). O periódico faz menção que as queixas ligadas às meretrizes e “vagabundos” eram constantes. A associação desses sujeitos (as) era veementemente expressas pelos articulistas da época. O presente jornal realiza uma advertência para o chefe de segurança pública, que, segundo o redator, não realizou as “energéticas e sérias providências” no que tange reprimir essas condutas. Segundo Soihet, “O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares” (SOIHET, 2004, p. 305). De acordo com Gomes (2017), no Pará esses periódicos estavam associados a uma ferramenta de controle social. Vejamos a seguir o jornal Diário de Notícias do ano de 1893, sobre a manchete intitulada: *História pândega*.

Era uma vez um bombeiro muito metido a sebo e que tinha vontade de prender um pequeno que levava na cabeça um tabuleiro quando passava junto do palacete.

Uma mulher ia atrás, e o menor, vendo a intenção do bombeiro, pôs-se de atalaia, resmoneando: - se tu fores capaz de encostar, encosta, cabra!

O bombeiro armou o bote e num abrir e fechar de olhos botou os gado-nhos no pequeno, que assustou-se e deixou cair o tabuleiro da cabeça.

A mulherzinha, que estava com a pulga na orelha, cresceu com uma fúria para o bombeiro, e quando este quis botar valentia levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, *ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta* e uma tremenda bofetada estremeceu na cara do bombeiro.

Nova menção de valentia. *Nova capoeiragem da mulher* e... zás! Tome bolacha na cara, seu bombeiro...

Aí o cabra fraquejou. Vendo que não era mulher pra homem, tirou o capacete da cabeça, fez a pontaria e arremessou-o contra a mulher.

Errou o alvo ainda desta feita.

A bichinha abaixou-se, torceu o corpo, deixou o capacete passar e, enquanto este rolava pelos paralelepípedos, ela botava de novo os 5 mandamentos na cara do bombeiro.

A luta era desigual. O valente conheceu a sua fraqueza; pôs sebo às canelas e azulou para o quartel, debaixo de tremenda vaia.

Isto aconteceu ao lusco-fusco de terça-feira desta semana.

O mulherzinha badeja”. (grifos do autor). (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 12 janeiro de 1893).

A passagem aborda o caso de uma mulher que deu uma bofetada em um bombeiro que estava querendo agredir um menino que andava com um tabuleiro na cabeça. Levando em consideração algumas características que marcaram essa história, é possível observar o modo que essa mulher utilizou seu corpo como uma ferramenta de defesa, os movimentos corporais realizados por ela para acometer o bombeiro foram pirueta, bofetada e torção no corpo, essas agilidades corporais estão associadas diretamente à prática da capoeira, fato esse que leva o articulista a expressar que ali existia uma ‘nova capoeiragem da mulher’. Salles (2015) afirma que os negros utilizaram de seu próprio corpo como um sistema de defesa.

A luta entre a mulher e o bombeiro, como ficou aparente na narrativa, foi desigual, pois a mulher, valente através de suas habilidades, utilizando-se de golpes de capoeira, fez com que o homem reconhecesse sua fraqueza fugindo da luta.

O relato a seguir permite-nos verificar outras mulheres envolvidas na prática da capoeira, sob a epígrafe: *Amor, golada e faca*, do jornal *Folha do Norte* no ano de 1911, conta a história de Liduína Alves Mascarenhas e Maria José da Conceição.

Amor, golada e faca

Ontem ao meio-dia, à avenida almirante Tamandaré, em frente a rua Bom Jardim, houve um espetáculo de luta, em que faziam de gladiadores duas saias.

Liduína Alves Mascarenhas, uma cor de café com leite que tem roxa paixão por um indivíduo vagabundo, foi encontrá-lo em serviços com Maria José da Conceição.

Não se conteve a amante travar e começou por um discurso, depois passou a afogar o ciúme nuns copitos da *branca* e acabou por espalhar-se, na porta do cortiço n° 5, em *jogos de capoeiragem*, tentando, afinal por abaixo a porta do quarto da rival.

Ninguém se lhe podia encostar que não levasse uma rasteira.

Mas... repentinamente, abre-se a porta do quarto e a Maria José descasca uma faca e passa dois golpes na adversária, sendo um na cabeça e outro no sob'olho esquerdo.

Houve reboliço e intervenções, sendo as duas separadas. A polícia compareceu e recambiou as lutadoras para o xadrez; indo também fazer-lhe companhia uma pitonista discursadeira Odorica Maia conhecida por *Barriguda*, que na ocasião, batia palmas. (FOLHA DO NORTE. Belém, 28 fevereiro de 1911).

O relato mencionado faz referência a duas mulheres que entraram em um confronto por conta de um homem que era amante de uma delas e companheiro da outra. Mas o ponto que será elucidado nessa história liga-se ao fato do articulista do jornal atribuir a presente confusão a expressão “*jogos de capoeiragem*”; ninguém conseguia encostar-se a elas pois levavam rasteiras, golpe esse característico da capoeira. Houve também a utilização de golpes de faca; sobre isso, Salles (2015) verificou que os negros “aprimoraram sua técnica como ampliaram seus recursos de agressão – ou defesa –, incluindo navalhas, facas, paus e cacetes” (SALLES, 2015. p. 122). Portanto, esse caso nos reporta a mais um entre outros referentes ao envolvimento de mulheres na capoeira desde longínquas épocas.

No Pará, a experiências das mulheres dos segmentos populares pelas ruas de Belém envolvidas na capoeira, no meretrício, na “vadiagem” entre outros, foi razão de atenção do poder público, pois elas representavam uma “ameaça” para os esplendores da ordem e da moral cidade, (concepção essa difundida pelas camadas privilegiadas socialmente). Nesse sentido, o corpo dessas mulheres “se expressava no comportamento social e este, para ser aceito, deveria seguir normas específicas” (OLIVEIRA, LEAL, 2009, p. 138). Desse modo, a legislação, a imprensa, a criação de Códigos de Posturas e Penal foram mecanismos utilizados para tratar “da regulamentação dos variados aspectos de vida social e cultural da cidade” (LEAL, 2008, p. 51), ou seja, quem quebrava as regras/normas seria constantemente perseguido (a) em suas práticas cotidianas, tudo isso em nome da moral pública e cívica da cidade, estabelecidas pelas elites vigentes.

Mas em meio a esse processo que combatia as ações dessas mulheres, muitas vezes chamadas de desordeiras, demonstrou-se que elas não ficavam inertes às situações de ameaça referentes às

suas ações cotidianas. O rompimento de um modelo padrão atribuído aos seus comportamentos dizem muito dessas mulheres que possuíam posicionamentos no que diz respeito às imposições sociais que tentavam controlar suas vidas e, principalmente, seus corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “espetáculos de luta”, fazendo alusão às mulheres envolvidas com a capoeira, foram frequentes na capital paraense. Essa expressão mencionada no ano de 1911 pelo articulista do jornal *Folha do Norte* foi um entre vários relatos que permitiu visibilizar essas mulheres. Os termos para se referir às mesmas eram diversos, “desordeiras”, “vadias”, “vagabundas” e capoeira, consistiam em mulheres que transcenderam os padrões sociais e tiveram presença ativa nos espaços de capoeiragem.

Assim, as participações femininas na capoeira desempenharam um papel fundamental no que tange à luta pela libertação de seus corpos em um ambiente repleto de ideias moralizantes. Nesse sentido, falar das narrativas femininas na capoeira na virada do século XIX em Belém contribui para o que Scott (1990) afirmou de que “o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1990, p. 73). Dessa forma, a necessidade de evidenciar as narrativas femininas que por muito tempo estiveram à margem da historiografia simboliza um processo de demonstrar a historicidade dessas mulheres e dá a devida importância a essas sujeitas, fazendo um reexame crítico referente à historiografia das mulheres capoeiras, pondo as mesmas como protagonistas sociais.

Nesse viés, o rompimento do silêncio que as rodeava abre a possibilidade da visibilidade dessas narrativas para reconhecer a importância delas como protagonistas em diversas instâncias sociais e que burlavam a ordem e o controle que tentavam reprimir seus modos, suas vidas, em nome do progresso, sendo que esse “progresso” era restrito somente a uma parcela da população.

Em suma, mulheres como Jerônima, Liduína Mascarenhas e Maria José da Conceição são alguns dos nomes que marcaram a presença feminina na capoeira no Pará no final do século XIX e início do XX. Atuaram nos mais diferentes espaços, demonstrando sua valentia em meio às situações de adversidades, as relações no ambiente público, o que possibilitou verificar sua participação e dinamismo nesses espaços e no mundo da capoeiragem. Portanto, as mulheres capoeiras no Pará quebram com as condutas que foram dirigidas a elas sobre um padrão de comportamento, seus corpos foram um dos principais elementos de resistência em meio a essa sociedade.

REFERÊNCIAS

Fontes

A. IMPRESSA

A CONSTITUIÇÃO, Belém 21 novembro de 1876.

A SEMANA, Belém 17 março de 1890.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém 12 janeiro de 1893.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém 14 de agosto de 1896.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém 23 de agosto de 1896.

FOLHA DO NORTE, Belém 28 fevereiro de 1911.

B. LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734- 2735.

Bibliografia

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *Mulheres, Violência e Cidade: “Demônios de Saias” na Belém Oitocentistas*. João Pessoa: ANPUH, 2003.

ARAS, OLIVEIRA. *Sob a pena da lei: Mulheres pobres e marginais*. Vitória da Conquista: POLITEIA: Hist. e Soc. 2003.

CHARTIER, Roger: O Mundo como Representação. Texto publicado com permissão da revista *Annales* (1991, N° 6, p.173-191). Acessado em: 27/10/2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

DIAS, Rebeca. CHAVES, Celma. *A cidade a partir do edifício: narrativas urbano-edilícias na cartografia histórica de Belém (1886 a 1912)*. São Paulo: XVII ENAUPUR, 2017.

FERREIRA, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita*. Salvador-Bahia: UFBA, 1994.

FOLTRAN, Paula Juliana. “Capoeira é pra homem, menino e mulher”: angoleiras entre a colonialidade e a descolonização. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* Ano X, N° XIX, agosto/2017. Acessado em: 14/10/2021, Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/137197/132983>>

GOMES, Arnaldo Machado. *Vigiando, divulgando e reprimindo: O papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)*. Belém: UFPA, 2017.

LEAL, Luiz Augusto P. *A Política da Capoeiragem: A História Social da Capoeira e do Boi-Bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*: 1ª Edição, Belém: EDUFBA, 2008.

LEAL, Luiz Augusto P. Gladiadoras de Saias: mulheres capoeiras no norte do Brasil (1876 a 1912). *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 13, Janeiro/Junho, 2018. (p.154-168). Acessado em: 20/10/2021 Disponível em: <http://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-13/12_Gladiadoras-de-saias.pdf>



NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do Corpo Negro*. São Paulo: USP, 1998.

OLIVEIRA, Josivaldo P, LEAL, Luiz Augusto P. *Capoeira. Identidade e Gênero: Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. 2ª ed, Belém: Paka-Tatu, 2015.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano: in: Del Priore, Mary (org); BASSA-NEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*, 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

